



Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI)

www.fai.com.br

FERRO, Elaine Gomes; LIBORIO, Renata Maria Coimbra; SILVA, Lidiane Aparecida Araújo. A inserção de adolescentes e crianças em situação de trabalho informal urbano e trabalho doméstico no município de presidente prudente. OMNIA HUMANAS v.2, n.2, p.41-49, 2009.

“A INSERÇÃO DE ADOLESCENTES E CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFORMAL URBANO E TRABALHO DOMÉSTICO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE”

Elaine Gomes Ferro
Renata Maria Coimbra Libório
Lidiane Aparecida Araújo da Silva
Financiada pelo CNPQ

FCT/UNESP CAMPUS PRESIDENTE PRUDENTE

O objeto da presente pesquisa é o trabalho infantil, permitido no Brasil a partir de 14 anos na condição de aprendiz. A pesquisa foi realizada na cidade de Presidente Prudente e teve financiamento do CNPq. É uma pesquisa de caráter quali-quantitativo, cujos sujeitos pesquisados tinham idade entre 9 e 14 anos. O objetivo da pesquisa foi de observar a participação de crianças e jovens estudantes de escolas públicas municipais e estaduais em contextos de trabalho infantil doméstico e trabalho informal urbano, além de conhecer o sentido que dão a dimensão do trabalho em suas vidas. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário contendo em sua maioria perguntas objetivas e para sua análise utilizamos o software SPSS versão 14. Quanto aos resultados alcançados, obtivemos uma caracterização dos sujeitos que estão envolvidos na problemática pesquisada. Será apresentada parte dos resultados obtidos na pesquisa, referentes ao pagamento (tipo, periodicidade e destino) recebido pelos sujeitos pesquisados.

Palavras chave: trabalho infantil; crianças; adolescentes; escola; Presidente Prudente.

Introdução

Os dados a serem apresentados nesse trabalho baseiam-se na pesquisa realizada pela profa. Dra Renata Maria Coimbra Libório, intitulada, “Crianças e adolescentes em situação de risco: dimensões do trabalho infantil nos municípios de Presidente Prudente, Belo Horizonte e Porto Alegre”, que contou com financiamento do CNPq, Edital MCT/CNPq 50/2006 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, processo número 400609/2007-0, que foi concluído em julho de 2009; o relatório final dessa pesquisa já se encontra em análise no CNPq.

Questões relativas ao trabalho infantil vêm sendo tema de estudo e reflexão por parte dos pesquisadores no Brasil tais como, Alberto (2004, 2005 e 2006), Alves-Mazzotti (1994, 2002), Campos & Alverga (2001), Campos & Franschini (2003), Facchini et al (2003), Moraes (2007), Moreira e Stengel (2003), Neto, Neves & Jayme (2002), Oliveira (2002), Schwartzman & Schawartzman (2004), quanto no âmbito internacional com destaque as contribuições de Bass (2004), Bourdillon (2000, 2006), Blagrough (2008), Hugerland et al (2007), Invernizzi & Tomé (2007), Kielland & Tovo (2006), Leonard (2004), entre outros

Somando-se às discussões levantadas através das pesquisas, encontramos esse tema nas pautas das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes evidenciadas na Lei 10.097/2000, que proíbe o trabalho a menor de dezesseis anos, com exceção a maiores de quatorze anos, somente na condição de aprendiz.

Para guiar a pesquisa utilizamos a seguinte concepção de Trabalho infantil: *qualquer trabalho que se executa em idades abaixo da idade mínima prevista em Lei*; decorrente do exposto é considerado infantil, e como tal vedado na realidade brasileira, o trabalho comum que é executado antes dos dezesseis anos de idade, especialmente quando esta inserção em atividade laborativa inviabilizar ou prejudicar a escolaridade, a saúde e a integridade física, psíquica e moral das crianças e adolescentes, configurando-se, portanto como uma situação violadora de direitos fundamentais, garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Com relação aos aspectos sociais de Presidente Prudente, Libório (2009) destaca que o município conta com a bolsa do Programa PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), destinado às famílias com filhos em idades entre 7 e 15 anos, repassa bolsa auxílio mensal no valor de R\$ 25,00 para cada criança ou adolescente atendido, que pode prover algumas necessidades básicas da família, sem haver a necessidade do envolvimento deste em situações de trabalho. Para participarem deste benefício, as famílias se comprometem a manter seus filhos (as) na escola e a participar de ações sócio-educativas.

O município apresenta elevados índices de desemprego, pobreza e violência, expondo grandes parcelas da população infanto-juvenil a vivências concretas de risco pessoal e social; esta situação, vivida em nosso município resulta de um contexto de violência estrutural presente em nosso país, marcado por alta concentração de renda e grandes desigualdades sociais, podendo gerar, como uma de suas conseqüências, “a exploração de crianças e adolescentes, submetidos ao trabalho infanto-juvenil precoce” (PROJETO PETI, SAS, 2006).

O desemprego se configura como um dos principais dificuldades encontradas pela população prudentina, e dados do IBGE apontam que em nosso município existem 56.570 domicílios, sendo que 4.129 destes apresentam rendimento até 1 Salário Mínimo e 1.760 dos domicílios têm renda de até 1 salário mínimo e contam com a presença de crianças e adolescentes. E segundo o Centro de Estudos para o mapeamento da exclusão social e políticas públicas (CEMESPP), que produz os Mapas da Exclusão Social de várias cidades de médio porte do interior de São Paulo, mostrou que em Presidente Prudente, existem cerca de 16.000 famílias em situação de pobreza.

Ainda de acordo com o programa PETI vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social de Pres. Prudente (SAS), no decorrer do 1º semestre de 2006, foram registrados 21 casos de exploração do trabalho infantil, sendo: 02 faltas de proteção ao trabalho do adolescente, 05 casos de mendicância, 04 casos de exploração sexual e 10 serviços domésticos ou exploração pelos responsáveis.

Diante deste cenário, a coordenadora da pesquisa, professora Renata Libório, juntamente com demais membros da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil de P. Prudente, decidiram realizar a pesquisa no município que, por apresentar elevadas taxas de desemprego, cria uma situação que favorece a inserção de crianças e jovens em contextos de trabalho em idade precoce.

Com relação aos aspectos éticos o então projeto foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP, Campus de Pres. Prudente, instituição na qual trabalha a pesquisadora coordenadora da pesquisa e idealizadora da mesma, tendo sido aprovado em 2007.

Objetivos

Quanto ao objetivo central da pesquisa:

- verificar a inserção de crianças e adolescentes em situações de trabalho infantil, nas modalidades de trabalho doméstico, em seus lares e de outras famílias, bem como o trabalho informal urbano;
- conhecer o perfil das crianças e adolescentes e suas famílias e os sentidos atribuídos ao trabalho;
- contribuir no encaminhamento de discussões relativas à elaboração e efetivação de políticas públicas e serviços que possam minimizar o envolvimento precoce de crianças e adolescentes em atividades de trabalho, que a priori se configura como indicador de risco ao desenvolvimento.

Para esta apresentação faremos um recorte da referida pesquisa com relação ao que os sujeitos pesquisados responderam nas questões que evidenciam o tipo de pagamento que obtêm pelo trabalho que realizam, além da periodicidade do recebimento do pagamento, e qual o destino do dinheiro que recebem.

Metodologia

Responderam ao questionário 702 crianças e adolescentes estudantes de 05 escolas públicas estaduais e 05 municipais inseridas em regiões do município que concentravam os maiores índices de encaminhamento de queixas quanto ao trabalho infantil aos órgãos de proteção à infância e moradoras de bairros com altos índices de exclusão social.

O questionário respondido continha 61 questões de múltipla escolha (algumas discursivas), exigindo dos sujeitos respostas acerca de temas tais como: tarefas domésticas e informais urbanas realizadas, informações sobre suas famílias e o trabalho realizado por seus membros, grau de escolaridade dos responsáveis, tipo de envolvimento em trabalho por parte das crianças e adolescentes, locais de trabalho e frequência com a qual o realizam, informações sobre eventuais acidentes que provocam ferimentos em virtude do trabalho que realizam bem como, as formas de pagamento e a quantidade (quando este for realizado através de dinheiro), frequência escolar e grau de satisfação que o trabalho traz, tempo destinado ao lazer, conseqüências que sofriam nos casos em que não realizavam o trabalho indicado e expectativas em relação ao futuro.

A opção pela realização de um questionário de múltiplas escolhas se deu pela necessidade de efetuarmos um levantamento amplo das várias formas de trabalho nas quais poderiam estar inseridas os participantes da pesquisa seguindo um dos objetivos da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, que é caracterizar o fenômeno para a indicação de políticas públicas mais eficazes que façam enfrentamento a esta situação.

Os 702 questionários foram tabulados utilizando-se software SPSS, versão 14 e em seguida passaram por análises estatísticas.

Discussão e Resultados

Após a análise estatística dos 702 questionários respondidos, apresentamos na Tabela 1 a porcentagem de participantes que recebem o pagamento em dinheiro pelo trabalho que realizam.

Tabela 1. Tipo de pagamento que os participantes recebem

De que tipo é o pagamento	F	%	Válida %
Sim	237	33,8	35,5
De outra forma	51	7,3	7,6
Não trabalho	380	54,1	56,9
Total	668	95,2	100,0

Fonte: Pesquisa de campo / 2007

Dentre as crianças e adolescentes trabalhadores, 33,8% (237) afirmaram receber pagamento em dinheiro e 7,3% (51) recebem de outra forma.

Nessa questão os sujeitos tinham a oportunidade de escrever as outras formas de pagamento que recebiam pelo trabalho realizado alguns participantes responderam que recebiam em roupas, carinho e amor sendo essas as formas de pagamento mais citadas, seguidas pelo recebimento de presentes, objetos, o que pedem, autorização para sair e brincar. Outras formas foram citadas cada uma por um participante, tais como: beijos, celular, comida, comprar coisas, crédito para celular, dinheiro para sair, conforto, passeios e sorvete.

Na Tabela 2 podemos verificar a periodicidade com que os participantes afirmam receber remuneração pelo trabalho realizado

Tabela 2 - Periodicidade do pagamento

Como recebe o pagamento	F	%	Válida %
Todos os dias (após cada atividade)	58	8,3	8,5
A cada semana	50	7,1	7,3
De 15 em 15 dias	21	3,0	3,1
Por mês	74	10,5	10,9
Depende de cada um mês	64	9,1	9,4
Não recebo nenhum pagamento	56	8,0	8,2
Não trabalho	358	51,0	52,6
Total	681	97,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo/2007.

Com relação à periodicidade do pagamento pelo trabalho realizado, para 10,5% (74) o pagamento é mensal; 9,1% (64) afirmaram que depende de cada mês; 8,3% (58) recebem pagamento diariamente, após o trabalho realizado; 8,0% (56) não recebem nenhum tipo de pagamento; 7,1% (50) são pagos semanalmente e 3,0% (21) são pagos quinzenalmente.

A hipótese da exploração de mão de obra da criança pode ser levantada, pois há 56 deles que mencionaram não ter nenhuma forma de pagamento advindo do trabalho exercido. Infelizmente o questionário não permitiu uma avaliação mais precisa desse aspecto, pois não tinha questões que indicavam a frequência do

trabalho realizado, ou seja, a questão da exploração está sendo apresentada apenas como hipótese, já que necessitaria maiores investigações para ser confirmada.

Com relação aos que recebem é importante ressaltar como aponta Mazzotti (2002) que as crianças em jovens em situação de trabalho não possuem leis trabalhistas que o protegem, sendo assim é possível pensar que as condições de trabalho oferecidas podem ser precárias.

Na tabela 3 é possível observar o destino do dinheiro ganho pelos jovens e crianças que afirmaram trabalhar.

Tabela 3. O que os participantes fazem com o pagamento

O que faz com o dinheiro que recebe pelo trabalho	Sim		Não		N
	F	%	f	%	
Fico com todo dinheiro pra mim.	66	9,4	626	89,2	692
Gasto meu dinheiro	127	18,1	565	80,5	692
Guardo meu dinheiro	128	18,2	564	80,3	692
Dou todo ou parte do meu dinheiro a minha Família	35	5,0	657	93,6	692
Dou todo ou parte do meu dinheiro à outra Pessoa	16	2,3	675	96,2	691
Não recebo nenhum pagamento	54	7,7	638	90,9	692
Não trabalho	347	49,4	345	49,1	692
Faço outra coisa	20	2,8	672	95,7	692

Fonte: Pesquisa de campo / 2007

A tabela 3 mostra que 18,2% (128) dos sujeitos participantes da pesquisa dizem que guardam o dinheiro, enquanto 18,1% (127) gastam o dinheiro, 9,4% (66) ficam com todo dinheiro, 7,7% (54) não recebem nenhum pagamento; 5,0% (35) dão todo ou parte dinheiro à sua família; enquanto 2,8% (20) fazem outra coisa e 2,3% (16) dá todo ou parte do dinheiro à outra pessoa.

Se somarmos a quantidade de sujeitos que guardam o dinheiro (18,2%) mais aqueles que gastam o dinheiro (18,1%) com aqueles que ficam com todo o dinheiro (7,7%) e com os que fazem outra coisa (2,8%) verificaremos que é um número bem maior daqueles que entregam parte do dinheiro a sua família (5,0%) ou a outra pessoa (2,3%).

Os dados revelam que o trabalho exercido por esses jovens e crianças em Presidente Prudente lhes oportuniza uma relativa autonomia, na medida em que decidem sobre o destino a ser dado ao receberem seu pagamento. Portanto, apesar da problemática que reveste o tema do trabalho infantil, especialmente quando ele se manifesta de forma exploratória, alguns dos participantes da pesquisa, ao ficarem com o dinheiro recebido, estão tendo a oportunidade de adquirir alguns bens materiais, sem depender exclusivamente da ajuda da família, que em alguns casos não teriam condições de arcar com as necessidades de seus filhos e filhas, conforme apontam Alves-Mazzotti (2002), Hugerland et al (2007) e Liebel (2003).

Conclusão

Os dados apresentados demonstram que a realidade apresentada pelos 702 sujeitos da pesquisa nos faz questionar algumas afirmações apresentadas na literatura (OIT 2007; ALBERTO, 2005; ALBERTO, 2006) sobre o fato de que as crianças e jovens no Brasil trabalham para suprir as necessidades de renda de suas famílias, muitas vezes sendo o principal responsável pela fonte de renda familiar. Afirmações dessa natureza determinam visões reducionistas do fenômeno, não ponderando as singularidades que podem estar presentes nas realidades vividas por crianças e adolescentes envolvidos em situação de trabalho. Martinez (2001) confirma a necessidade de nos atentarmos às subjetividades dos adolescentes trabalhadores se visamos entender a situação em que vivem as necessidades que possuem e a interpretação que dão ao trabalho efetuado.

Apontamos ainda que os resultados levantados e analisados não podem ser generalizáveis a outras crianças e outros jovens em contextos diferenciados daqueles que responderam os questionários, pois um dos aspectos evidenciados na pesquisa é de que o trabalho infantil deve ser pensado de forma ampla e heterogênea.

REFERÊNCIAS

- Alberto, M.F.P. (2005). *O trabalho infantil doméstico em João Pessoa – PB : um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil*. João Pessoa: OIT.
- Alberto, M.F.P. (coord). *O Trabalho Infantil na Atividade Informal Urbana em Guarabira – PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil*. Brasília: OIT, Secretaria Internacional do Trabalho, 2006.
- Alves-Mazzotti, A.J. (1994). Do trabalho para a rua: uma análise das representações sociais produzidas por meninos trabalhadores e meninos de rua. In: Coletivo de Autores (Org.), *Tecendo Saberes*, p. 9-45. Rio de Janeiro: Diadorim – UFRJ/CFCH
- Alves-Mazzotti, A.J. (2002). Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil. *Revista Brasileira de Educação (ANPED)*, 19, p. 87-98.
- Bass, L.E. (2004). *Child labor in sub-Saharan, Africa*. Boulder: Lynne-Rienner Publishers.
- Blagbrough J. (2008). Child domestic labour: a modern form of slavery. *Children and Society*, 22, p. 179-190.
- Bourdillon, M. (2000). *Earning a life: Working children in Zimbabwe*. Avondale: Weaver Press.
- Bourdillon, M. (2006). Children and work: A review of current literature and debates. *Development and Change*, 37(6), 1201-1226.
- Campos, H. R. & Alverga, A.,R. de (2001). Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estudos de Psicologia*, 6(2) p. 227-233. Revista eletrônica disponível em www.scielo.com, [acesso em jan/fev 2008].

Campos, H.R. & Francischini, R. (2003). Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. *Psicologia em Estudo*, 8 (1), p.119-129.

Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). *Lei Federal nº 8.069*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>, [acesso em agosto de 2008]

Facchini, L.A., Fassa, A.G., Dall`Agnol, M. & Maia, M.F.S. (2003). Trabalho infantil em Pelotas: Perfil ocupacional e contribuição à economia. *Ciência e Saúde Coletiva*, 8(4)953961.

Hugerland, B., Liebel, M., Lisecke, , A. E & Wihstutz, A. (2007). Paths to participatory autonomy: the meanings of work for children in Germany. *Childhood*, 14(2), p. 257-277.

Invernizzi, A. & Tomé, S. O. (2007). O trabalho dos adolescentes no Algarve: um estudo sobre as suas motivações, organização familiar e práticas de socialização. *Análise social*, v. XLII, (184), p. 875-898.

Kielland, A. & Tovo, M. (2006). *Children at work: Child labor practice in Africa*. London: Lynne Rienner Publishers.

Libório, R.M.C. (2009). *Crianças e adolescentes em situação de risco: dimensões do trabalho infantil nos municípios de Presidente Prudente, Belo Horizonte e Porto Alegre*. Relatório de pesquisa não publicado, enviado ao CNPq.

Leonard, M. (2004). Children`s view on children`s rights to work : Reflections from Belfast. *Childhood*, 11(1), 45-61.

Liebel, M. (2003). Working children as social subjects – the contribution of working children`s organizations to social transformations. *Childhood*, vol10, 265-285.

Martinez, A.M. (2001) Trabajo infantil y subjetividad: uma perspectiva necesaria. *Estudos de Psicologia*: UFRN: Natal, v. 6, n. 2, p.235-244. Revista eletrônica disponível em www.scielo.com, acesso em jan/fev 2008.

Moraes, R.V. (2007). A produção acadêmica sobre trabalho infantil: um olhar nos periódicos científicos brasileiros (1981-2004). Dissertação de Mestrado não publicada, UNESP, Campus de Marília.

Moreira, M.I.C. & Stengel, M. (org.). (2003). *Narrativas infanto-juvenis sobre trabalho doméstico*. Belo Horizonte, MG: Editora da PUC Minas, Save the Children.

Neto, A.C., Neves, M.A. & Jayme, J.G. (2002). Setor informal: abrigo para o trabalho infantil. In: Marques, M.E., Neves, M.A. & Neto, A.C. (org.) *Trabalho infantil: a infância roubada*. Belo Horizonte, MG: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Oliveira, A.M. (2002). Perfil das crianças, adolescentes e famílias entrevistadas. In: Marques, M.E., Neves, M.A. & Neto, A.C. (org.) *Trabalho infantil: a infância roubada*. Belo Horizonte, MG: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Secretaria Municipal de Assistência Social. (2006). *Projeto Técnico Social: PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*. Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, SP.

Schawartzman, S. & Schawartzman, F.F. (2004). *O trabalho Infantil no Brasil*. Relatório de pesquisa, UFRJ.